



CONCELHO DE SINES

N.º 3 JULAGO 1978

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

BOLETIM DAS AUTARQUIAS

DIRECÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

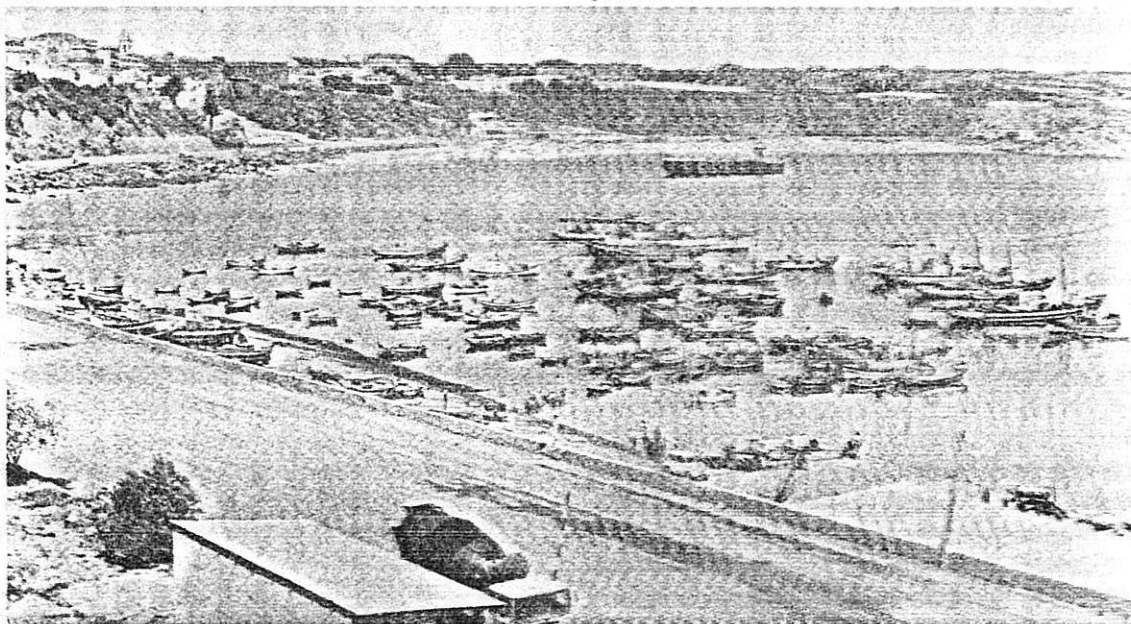
O Poder Local na via do Socialismo

EDITORIAL

A CÂMARA DE SINES NÃO ACEITARÁ QUE TANTO A PRAIA COMO A BAÍA DE SINES SEJAM ATERRADAS

Mas num plano mais geral, a maior preocupação da Câmara de Sines é o total desconhecimento das obras que o Gabinete da Área (GAS) vai lançando, e penso que esse desconhecimento não é só municipal, e que, para além de não sofrerem à

O certo é que passados dez meses sobre a data prevista para a sua utilização, o navio continua sem compensar o problema habitacional. Pensamos que o volume do investimento seria suficiente para algumas centenas de fogos (senão cons-



partida qualquer parecer da autarquia, geralmente acarretam problemas que cedo ou tarde obrigam uma intervenção directa da nossa parte. Por outro lado, essas mesmas obras atingem por vezes custos sociais e financeiros, no fundo suportados pelo povo português, e contra as quais a Câmara de Sines não pode deixar de manifestar o seu firme protesto. Podemos referir concretamente, o navio Infante D. Henrique, cujos custos de aquisição, instalação e equipamento atingirão centenas de milhares de contos, e que surgiu como compensação à carência de habitação, na tentativa de colmatar o atraso verificado nas obras em Santo André, e que de início trazia o rótulo de estar pronto em Setembro de 1977 para alojar mil e duzentos trabalhadores.

trução tradicional, pré-fabricado de qualidade), que hoje já estariam parcialmente construídos e habitados e onde os trabalhadores ficariam certamente melhor. Assim, caso o navio venha a ter a ocupação inicialmente prevista, e dado o local isolado onde se encontra, é com apreensão que pensamos no seu policiamento e é também quase certo que o local se venha a tornar num foco de propagação de droga, prostituição e batota. Um outro caso que podemos citar, e que reflecte bem o negativismo do lançamento de obras sem quaisquer consultas a outros organismos oficiais responsáveis, foi o corte da estrada nacional 120-1, Sines-Cercal, devido ao avanço da pedreira, três semanas depois de a Junta Autónoma de Estradas ter feito a sua reparação. É evidente que um



POSTURAS

EDITAL — 19/78

POSTURA SOBRE HIGIENE E LIMPEZA

Fica proibido sob pena de 100\$00 a 2 500\$00 de multa o seguinte:

1. — Deitar lixo nos contentores entre as 7 (sete) e as 18 (dezoito) horas de cada dia.
2. — Deitar lixo nos contentores entre as 7 (sete) horas de sexta-feira e as 18 (dezoito) horas do Domingo seguinte, bem como nas vésperas de quaisquer feriados.
3. — Deitar lixo em volta dos contentores, mesmo que estes se encontrem totalmente cheios, excepto se os referidos lixos forem depositados em recipientes estanques e de fácil remoção pelos serviços de limpeza.
4. — Sob pena das multas acima mencionadas, não é permitido lançar nos contentores destinados a lixo:
 - a) Pedras, terra, troncos de árvores ou entulhos;
 - b) Ingredientes perigosos ou tóxicos, bem como quaisquer líquidos;
 - c) Pedacos de vidro, incluindo lâmpadas de qualquer espécie ou materiais cortantes, sem que os mesmos sejam devidamente acondicionados de forma a evitar qualquer perigo para o pessoal da limpeza.
5. — Os lixos provenientes dos estabelecimentos comerciais, industriais e de saúde, serão também removidos pelos serviços de limpeza da Câmara Municipal. No entanto os estabelecimentos de saúde a funcionar em regime privado e os estabelecimentos comerciais e industriais cujo movimento e expansão, individual ou em conjunto, o justifique, terão de munir-se de recipientes por si adquiridos e em modelos semelhantes aos do município. A Câmara informará por ofício os estabelecimentos que obrigatoriamente terão de usar recipientes próprios.
6. — Será punido com a multa de 1000\$00 a 20 000\$00 todo aquele que voluntariamente danificar ou inutilizar qualquer recipiente destinado a recolha de lixo.
7. — Não é permitido, sob pena da aplicação das multas referidas nos pontos 1, 2, 3, 4, 5, o aproveitamento da via pública e respectivos passeios para armazenamento de caixas, caixotes e outros utensílios, nomeadamente por parte dos estabelecimentos comerciais e industriais.
8. — As multas referenciadas no ponto 7) serão extensivas a quem:
 - a) Lançar na via pública águas podres ou provenientes da lavagem de roupa, as quais devem ter ligação própria à Rede Geral de Esgotos;
 - b) Lançar lixos nas Barrocas ou em outros locais não indicados para o efeito;
 - c) Deixar na via pública entulhos ou restos de materiais provenientes de obras;
 - d) Deixar viaturas ou outros objectos abandonados na via pública.
9. — As penalidades estabelecidas em todos os pontos da presente postura, serão acrescidos de um terço por cada reincidência.
10. — O pagamento da multa não isenta o prevaricador da responsabilidade civil ou criminal que ao caso couber.
11. — Esta postura entra em vigor 8 (oito) dias após a sua publicação e revoga a regulamentação sobre a matéria anteriormente aprovada.

**ESTA POSTURA FOI APROVADA
PELA CÂMARA MUNICIPAL EM
SESSÃO ORDINÁRIA DE 29-3-78 E
PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
EM 20-4-78.**

**COLABORE NA LIMPEZA DA NOSSA TERRA!
NOS PINHAIS ENTERRE O LIXO!
NAS PRAIAS UTILIZE OS RECIPIENTES
PRÓPRIOS!
A HIGIENE E LIMPEZA É RESPONSABILIDADE
DE TODOS!**

Entrevista com Carlos Espadinha

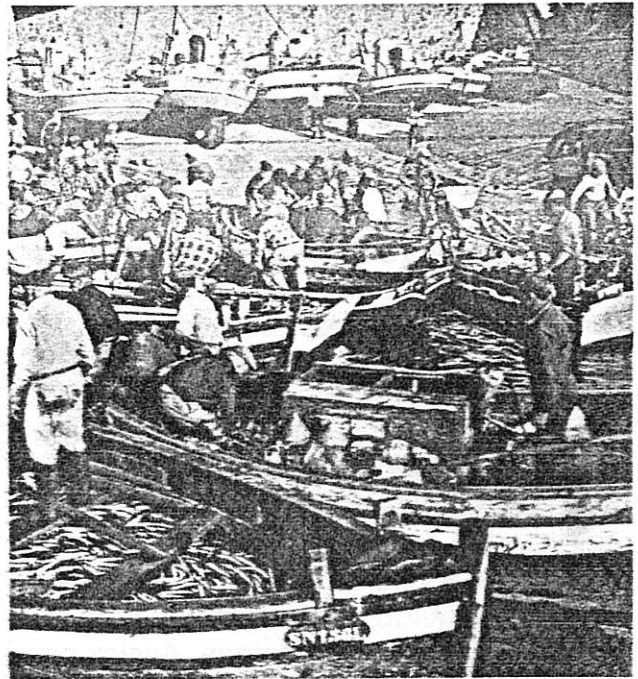
(Presidente da Direcção do
Sindicato dos Pescadores do
Distrito de Setubal).

Boletim das Autarquias (B. A.) — Quais as principais questões, no âmbito distrital, que se colocam aos pescadores?

CARLOS ESPADINHA (C. E.) — Existe uma questão fundamental, que é de âmbito nacional e que diz respeito à renovação e ampliação da frota piscatória existente. Os barcos das várias artes, pesca artesanal costeira, artesanal longínqua, arrasto costeiro e traineiras, são de pequena dimensão e têm grandes carências a nível de equipamentos técnicos. Creio que, uma correcta política financeira, com facilidades de liquidação e juros mais baixos, levaria a um apetrechamento mais eficaz da frota existente. Por outro lado, seria necessário pensar-se a sério numa frota estatal, já com barcos correctamente dimensionados, até porque, uma das nossas maiores riquezas é efectivamente o mar que nos rodeia e que continua subaproveitado.

B. A. — E a nível de Sines, quais as questões?

C. E. — Antes de responder a esta pergunta, ainda quero referir que a nível distrital existem dois problemas que care-



cem de resolução urgente de parte dos responsáveis e que é a falta de condições nos portos de Sesimbra e Sines. Passando agora a Sines, a questão principal é o porto que continua a não ter condições de embarque e desembarque, pois apesar da rampa a muralha só permite atracação com maré-cheia; precisamos dum plano inclinado para conservação e reparação dos barcos, que continuam a ter que ir, para o efeito, a Setúbal ou Lisboa.

B. A. — Segundo se prevê o porto de pesca passará a médio prazo, para o actual porto de construção, mais a sul. Que pensam os pescadores?

C. E. — O porto de construção como está não serve os pescadores. Se o porto actual para além das carências que já referi, ainda enferma de ser insuficiente para abrigar toda a frota de Sines, o porto de construção está muito pior. Precisa de todos os equipamentos necessários e precisa principalmente ser ampliado porque a capacidade de abrigo é hoje inferior à do porto actual. Desde que as obras necessárias sejam feitas e respondam aos anseios dos pescadores não vejo problema em que se torne o futuro porto de pesca.

JUNTA DE FREGUESIA DE SINES

No seguimento da sua política de total dedicação à causa da população sineense, não nos temos poupado a esforços, no sentido de resolver, dentro das limitações por todos conhecidas, alguns dos problemas que mais nos afectam. Dentro de um espírito de colaboração com todas as entidades, organismos e grupos de pessoas interessados, nomeadamente a Câmara Municipal e as Comissões de Moradores, temos contribuído modestamente para resolução de alguns problemas. Assim podemos salientar:

— Limpeza das árvores e de todo o recinto desportivo do campo polivalente municipal e parque infantil no I.O.S., prevendo-se o ajardinamento e plantação de novas árvores.

— Com o nascimento para muito breve, de um grupo de teatro na nossa vila, verifi-

cámos a exiguidade do palco do salão do Povo, para esse efeito. Estamos a proceder portanto à sua ampliação para que em breve possamos apreciar as actuações do nosso grupo de teatro.

— Continuamos a apoiar os tempos livres das crianças em idade escolar, que funcionam na pousada do I.O.S. e que tem em actividade regular mais de 150 crianças.

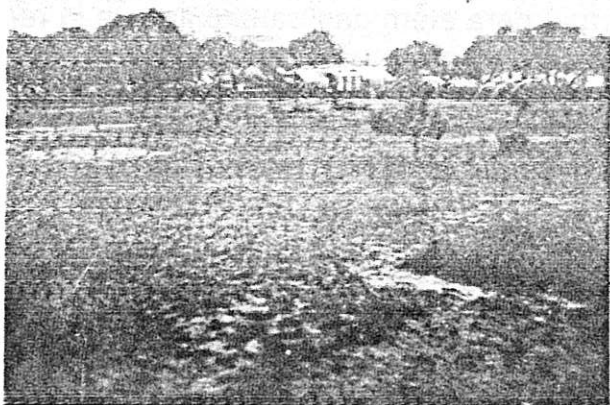
— Com a colaboração e comparticipação nas despesas da Casa do Povo, foi alargado e melhorado o campo de futebol do Paiol, e também foi adquirido mobiliário para os postos médicos da Cabeça da Cabra e Paiol. Estamos a participar também a construção do posto médico no Paiol em colaboração com a Comissão de Moradores do lugar, que procede voluntariamente à sua edificação.

— Adquirimos equipamento e bolas para as equipas de futebol do Paiol, Cabeça da Cabra e Porto Covo.

— Em colaboração com a delegada escolar, estão a ser criadas pequenas bibliotecas nas escolas do campo, as quais comparticipámos quase na totalidade. Também apoiámos a ideia da delegada escolar de trazer de férias para a praia de Sines as crianças das zonas rurais, no que ficámos responsáveis pelo suporte das despesas.

— Colaborámos na organização do Dia Mundial da Criança.

Eis entre outras, algumas das nossas iniciativas no âmbito dos pelouros desta junta de freguesia — (desporto, cultura e recreio, apoio às iniciativas das comissões de moradores). Temos plena consciência das tremendas carências que afectam o nosso concelho e dum modo geral, todo o nosso País. Temos um Portugal por construir, essa a verdade insofismável. Para essa construção, vamos dando devotadamente o nosso melhor, dentro do quadro das limitações a que estamos sujeitos.



AS AUTARQUIAS

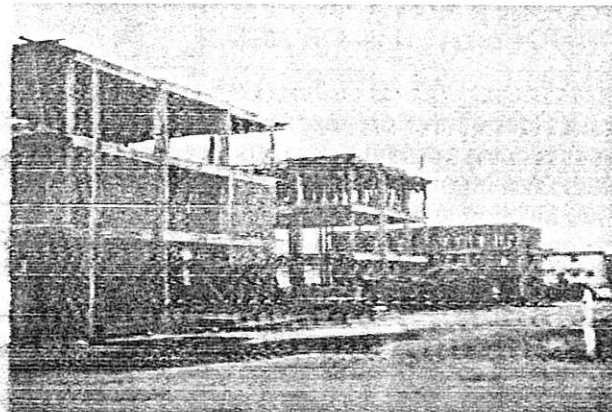
CÂMARA MUNICIPAL

"No número anterior do nosso boletim, publicámos a introdução ao relatório e contas da gerência de 1977. Publicamos neste número o capítulo I, que aborda o trabalho desenvolvido o ano transacto, no campo do urbanismo.

CAPÍTULO I

URBANISMO

"Uma correcta gestão municipal, passa pelo conhecimento das realidades do concelho e pela planificação do desenvolvimento dos vários sectores sócio-económicos numa forma articulada e coerente. Estas premissas ficariam à partida comprometidas pelo complexo industrial, dada a fase adiantada da sua construção e a total ausência de coerência e articulação com os outros aspectos ligados à sua realização (habitação, rede viária, assistência médica, equipamentos, etc.). Não quisemos no entanto enveredar pelo mesmo tipo de actuação e na sequência, por um lado do contrato que a Comissão Administrativa havia feito com a Hidrotécnica Portuguesa para elaboração do Programa de Intervenção Urbanística de Sines, e por outro lado do acordo Câmara-GAS sobre o alargamento do Perímetro Urbano de Sines, contratámos com a mesma Firma a realização do Plano Geral de Urbanização de Sines. Mais tarde, e após compromisso do GAS de suportar financeiramente esses encargos, contratámos a elaboração do Plano de Pormenor da Zona de Expansão III englobando a Quinta do Meio e Courela da Cruz, o Plano de Pormenor da Zona de Reserva Habitacional, e o Estudo da Rede Viária de Sines. Também nos foi entregue por técnicos da GAS o Plano de Estrutura do Porto Covo, já contemplando as novas zonas que o alargamento do seu Perímetro Urbano veio abranger. Para cumprimento deste Plano de Estrutura, diligenciou esta Câmara junto da Firma Investifinatur, para negociação amigável dos terrenos de que é proprietária, e que são necessários à expansão do aglomerado urbano. Não tendo chegado a acordo, em contacto posterior com gerentes dessa Empresa, a Câmara acedeu em princípio aguardar uma proposta na qual a Investifinatur proporia uma zona para expansão do complexo turístico existente, negociando depois com a Câmara os terrenos excedentes. O prazo concedido pela Câmara terá fim em Maio de 1978, após o que, caso não existam propostas concretas, iniciará o processo de apropriação. A Câmara concordou também com a Campanha Nacional de Petroquímica, que esta Firma apresentasse um estudo urbanístico de aproveitamento dos terrenos municipais sitos entre o Parque de Campis-



mo e a Esteira de Pipe-Lines, ficando as infra-estruturas a seu cargo, sendo depois negociado com a Câmara os termos do acordo definitivo."

Referiremos agora algumas obras levadas a cabo, umas iniciadas em 1977 e que continuaram este ano, outras iniciadas ou a iniciar no corrente ano:

1977/1978

OBRAS QUE TRANSITARAM

- Prolongamento da Rede de águas à Baixa de S. Pedro — 200 contos
- Prolongamento da Rede de esgotos à Estrada da Costa Forte — 400 contos
- Construção de 36 fogos na Rua José Martins Ferreira — 24 000 contos
- Reparação do anexo ao edifício dos Paços do Concelho — 260 contos

1978

OBRAS INICIADAS

- Construção do Campo Polivalente Municipal no IOS — 1370 contos
- Caição e rebocos dos muros de suporte e edifícios públicos — 150 contos
- Vedação divisória no IOS — 197 contos
- Reforço da instalação eléctrica do Parque de Campismo — 100 contos
- Conclusão de 12 fogos no edifício do ex-Liceu — 1960 contos
- Construção do viaduto sobre o Caminho de Ferro, junto à Baixa de S. Pedro — G.A.S.

OBRAS ADJUDICADAS

- Construção de sanitários, balneários e casa do guarda no Campo Desportivo Municipal — 1740 contos
- Reparação da Av. Gen. Humberto Delgado — G. A. S.

OBRAS EM CONCURSO

- Mercado Municipal — 16 000 contos
- Caminho Municipal 1115 — Monte de Estrada—Vidigal — 5900 contos
- Electrificação da Fonte do Mouro e Pouca Farinha — 1100 contos
- Electrificação da antiga estrada de Santiago — 1050 contos

INFORMAÇÃO

“COOPERATIVA DE PESCA ESTRELA DA LIBERDADE”

A Cooperativa de pescas Estrela da Liberdade foi fundada em Maio de 1976. O barco adquirido tem 26,5 metros de comprimento e um motor de 430 cavalos, e está equipado com radar, rádio-telefone, 2 sondas electro-acústicas, rádio-goniómetro e Omega (aparelho de navegação). A Cooperativa tem hoje 20 cooperadores e 18 assalariados, num total de 38 postos de trabalho. Desde a sua fundação até hoje já vendeu cerca de 24 000 contos de pescado (valor bruto), o que corresponde a uma captura de cerca de 390 toneladas de peixe.

PORTO COVO

O Porto Covo deixou de ter as tão incómodas e anti-higiénicas lixeiras. O velho sistema de recolha diária de lixo com carroça cu Dumper, foi substituído por contentores, deslocando-se o carro da Câmara até lá três vezes por semana.

Um outro problema que está em vias de resolução é a questão dos terrenos para construção habitacional. Cerca de 90% dos terrenos que envolvem o actual núcleo urbano são propriedade da firma Investifinatur, o que tem evitado que o Porto Covo se possa estender para outros lados. Apesar das promessas da referida empresa de doação de terrenos a famílias carenciadas de habitação e até mesmo da venda de terrenos, a famílias que quisessem construir a sua própria casa, a preços convidativos, o certo é que tal nunca se verificou. A Câmara de Sines no sentido de dispor de terrenos em Porto Covo entrou em negociações com a empresa, que começaram o ano passado com uma proposta de compra a 5\$00/m².

Dado que esta proposta não teve aceitação, foi acordado que a firma apresentaria a sua proposta até Maio do corrente ano, sem o que seria dado início ao processo de expropriação. A proposta da firma já se encontra na Câmara e está a ser analisada.

RECOLHA DE LIXO

Um dos nossos camions de lixo está avariado. A peça em questão provavelmente terá que ser importada da Alemanha. Daí que, principalmente à 2.ª-feira, hajam dificuldades em, só com um carro, fazer uma recolha tão eficiente quanto possi-

vel. Existem 100 contentores na vila, o que quer dizer que para serem todos despejados durante o dia de trabalho, os trabalhadores terão que despejar um contentor de 5 em 5 minutos, contando também com a deslocação do camion dum lado para outro. Apelamos pois à compreensão dos munícipes, até que os dois carros estejam em funcionamento.

BOATO

Consta na vila que a Câmara teria cedido um terreno frente à Estação do Caminho de Ferro ao Sr. Manuel Gomes Ortiz. Esclarecemos que esse terreno é do G.A.S. e que foi este que fez a cedência do terreno ao referido senhor em regime de direito de superfície. A Câmara limitou-se a aprovar o projecto apresentado.

NOVA LEI DO IMPOSTO DO SELO

A nossa Câmara tinha dado passos importantes na luta contra a burocracia dos serviços públicos. Aceitávamos que os munícipes expusessem os seus assuntos através de cartas, petições, exposições, e mesmo verbalmente tomávamos boa nota de todos. Com esta lei agora publicada, todos os pedidos e solicitações à Câmara terão que ser feitos em papel selado, sem o que não terão andamento e serão arquivados sem qualquer resposta. Manifestámos desde o início o nosso desacordo com este espírito de burocratizar ainda mais os serviços, porque no fundo esta lei vem dificultar o acesso das populações à administração local.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

A recém eleita direcção dos Bombeiros Voluntários de Sines lançou um comunicado à população, salientando na nota introdutória o problema número 1 da associação, o novo quartel que conta já com a promessa do GAS de ajuda substancial desde há 5 anos; salienta também os serviços prestados durante o ano de 1977 e termina com a solicitação de preenchimento dum cupão para actualização dos dados do ficheiro de sócios, actualização do valor das quotas e o alargamento do número de sócios que já atinge os 1400. Os nossos votos de êxito nesta iniciativa desde já expressamos.

**O PATRIMÓNIO MUNICIPAL É DE TODOS
— NÃO O ESTRAGUE!**

INFORMAÇÃO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Através dum apelo à população de Sines em geral e aos seus sócios em particular, e dadas as dificuldades financeiras que esta instituição de assistência atravessa, para fazer face às despesas do seu jardim de infância e do Lar da 3.^a idade, a Santa Casa da Misericórdia tenta por este meio, aumentar o seu nível de receitas. A todos quantos possam dar o seu auxílio reforçamos o apelo da Santa Casa da Misericórdia de Sines.

FESTEJOS DO 15 DE AGOSTO (Dia do Município e da N. S. das Salvas)

A Comissão promotora dos festejos do corrente ano trabalha afincadamente para que as festas sejam do agrado de toda a população. Da Comissão fazem parte representantes da Câmara e da Junta de Freguesia, do Sindicato dos Pescadores, da União de Sindicatos, das Comissões de Moradores, da Banda de Música, dos Bombeiros Voluntários, do Vasco da Gama, e também as entidades religiosas para melhor coordenação dos festejos nas suas componentes civis e religiosas. Logo que ultimado será dado conhecimento a toda a população do programa das festas, que queremos, este ano sejam dignas do nosso Concelho.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA VILA E AS OBRAS DA PETROQUÍMICA

As obras de construção das estações de tratamento dos esgotos da Petroquímica descobriram o lençol de água que abastece a vila de Sines, cujos furos principais se situam no Monte Feio. A fim de verificarmos que o lençol de água descoberto implicava com os furos camarários da estação elevatória foi realizada uma experiência, com o acompanhamento de um técnico geólogo da Direcção Geral de Saneamento Bá-

sico. Efectuada a bombagem da água descoberta nas obras da Petroquímica, constatámos que cinco horas depois o nível da água nos furos camarários tinham descido mais de vinte centímetros. Ficaram desde então interrompidas estas obras da Petroquímica até que seja garantido que o abastecimento de água à população de Sines não será afectado.

CICLO PREPARATÓRIO E ENSINO SECUNDÁRIO

A Comissão de Pais dos ensinos preparatório e secundário fez uma exposição ao Sr. Ministro da Educação e Cultura acompanhada de alguns milhares de assinaturas, em que abordou de forma clara e objectiva os problemas menores e maiores com que se debatem. De entre alguns salientamos o não funcionamento da cantina e do vestiário, a não existência de instalações gimnodesportivas; a existência no mesmo espaço escolar de alunos dos 10 aos 17, com todos os choques provenientes das diferenças de idade registadas, a abertura e criação em Sines do curso complementar para evitar que os alunos tenham que sair de Sines, com todos os problemas financeiros e sociais que essa saída acarreta para os pais; a opção da parte do Governo de construir em Sines e não em Santo André, os equipamentos escolares e desportivos necessários à constante evolução do nosso concelho.

EQUIPAMENTO DESPORTIVO

Está praticamente pronto o Campo Polivalente Municipal no I.O.S.. Estudamos agora, e contamos para já com o apoio da empresa E.N.I., o método de iluminação do mesmo. Sines passará a disfrutar brevemente dum novo equipamento desportivo, importantíssimo para o desenvolvimento doutras actividades desportivas no nosso concelho.

O PATRIMÓNIO MUNICIPAL É DE TODOS
— DEFENDA-O!



Cont. pág. 1

mínimo de coordenação e não só, evitaria todas estas situações e poupava alguns milhares de contos ao erário público.

A Câmara de Sines pensa ser de toda a urgência a criação dum órgão coordenador da área de Sines, composto pelas Câmaras de Sines e Santiago do Cacém e pelo GAS, órgão esse que acompanhará a par e passo as obras em curso e as obras a lançar nas áreas dos dois concelhos e que fornecerá pareceres sobre prioridades. (Referimos prioridades porque não podemos aceitar que os bairros habitacionais do GAS, em Sines, e também a própria Avenida Humberto Delgado, estejam votados escandalosamente ao abandono, e que sejam secundados pelas obras de arranjos exteriores dos edifícios do GAS em Santo André — em poucos meses essas áreas foram pavimentadas, iluminadas e ajardinadas; os bairros do GAS, em Sines, com 360 famílias não têm desde há anos, passeios, pavimentos, zonas verdes, recreios para crianças e luz pública). Temos a certeza que esse órgão coordenador a criar, caso o sr. Ministro manifeste o seu acordo, não teria permitido que este tipo de critérios pudessem ser utilizados.

Dois outros problemas que preocupam sobremaneira a Câmara de Sines são, por um lado, o definir-se de uma vez por todas quais os sectores de responsabilidade directa do GAS, e por outro lado até onde está previsto o cumprimento do projecto de Sines? Fazemos estas interrogações e para melhor esclarecimento do entendimento que por elas fazemos vamos apontar alguns dados concretos. Para cumprimento do projecto da barragem de Morgavel e para construção da variante à EN-120, serão demolidas duas escolas primárias em zonas rurais (uma delas, a do Arneiro Branco já o foi); caso se contrua a siderurgia uma 3.ª escola primária será demolida (a das Palmeiras). Perguntamos: de quem a responsabilidade de planeamento da rede escolar rural a médio pra-

zo, e a curto prazo da substituição das escolas demolidas? Da Câmara Municipal? Do Gabinete da Área de Sines? do Ministério da Educação e Cultura? Do ministério da Habitação e Obras Públicas? Para reforço da nossa preocupação um segundo exemplo: os pescadores de Sines têm neste momento um porto provisório que enferma de graves defeitos: falta de condições de acostagem, falta dum plano inclinado para reparação de barcos, insuficiente área de abrigo para a frota existente. Prevê-se a médio prazo que o actual porto de construção, a sul da baía, passe a porto de pesca, mas para isso necessita de todo um trabalho de alargamento e equipamento próprio adequado às carências dos pescadores. E nós perguntamos: de quem a responsabilidade de planeamento, neste âmbito, a curto e médio prazos? Do Gabinete da Área de Sines? Da Secretaria de Estado das Pescas? Da Direcção Geral de Portos?

Em relação ao segundo problema colocado, isto é, até onde está previsto o cumprimento do projecto inicial do complexo de Sines, fazêmo-lo por uma razão fundamental: a Câmara de Sines não aceitará que tanto a praia como a baía de Sines sejam aterradas.

E eis sr. Ministro algumas das questões fundamentais que preocupam a Câmara de Sines. Pessoalmente penso que a análise destas questões nos levará à conclusão de que é preciso repensar Sines com coragem. Penso também que a maior razão para que se reveja o projecto de Sines, na actual fase, é que o seu custo ultrapassará os cem milhões de contos. Finalmente, e se o sr. Ministro o entender necessário, estamos à disposição em qualquer altura para discussão dos assuntos expostos.

(Extratos da intervenção do Presidente da Câmara de Sines, na reunião efectuada pelo Ministro da Habitação e Obras Públicas com as Câmaras do distrito de Setúbal.)